

# CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA

## FRANCA – SP

### **PAUTA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMCF – 2020**

**Data: 16.10.2020 – SEXTA FEIRA**

**Horário: 14h**

**Local: Videoconferência**

#### **I – EXPEDIENTE:**

- 1.1 – Registro de presenças, verificação de quorum e apresentação das justificativas das Conselheiras ausentes;
- 1.2 – Deliberação e Aprovação da pauta;
- 1.3 – Deliberação e Aprovação das atas da 1ª Reunião Extraordinária e da 4ª Reunião Ordinária do CMCF

#### **II – ORDEM DO DIA:**

##### **2 – Assuntos:**

- 2.1 – Aprovada Lei que prorroga o mandato das conselheiras e mesa diretora até 31.12.2020
- 2.2 - 2º Fórum da Mulher de Franca – definições e encaminhamentos
- 2.3 – Proposta de protocolo de Carta de compromissos dos Candidatos a Prefeito – prioridades das políticas públicas para mulheres de Franca
- 2.4 – Encaminhamentos sobre ofício CMCF 38.2020 – Sec. Saúde
- 2.5 – Definição sobre Proposta do Sindicato das Domésticas – ação voluntária - Campanha de cestas básicas

##### **3 – Informes**

- 3.1 – Definição sobre Proposta de ação conjunta de combate ao assédio com a OAB.
- 3.2 – Devolutiva de conselheiras sobre participação na Capacitação Masculinidades – ocorrida nos dias 02,09,16 e 23 de setembro



## CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA

### FRANCA – SP

**3.3 – Devolutiva da conselheira Cléria** sobre participação na reunião de apresentação do PROJETO ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES RACIAIS E DE GENERO

**3.4 – Projeto de Lei que institui o “Dia Municipal da Não Violência Contra a Mulher”** no município de Franca, e dá outras providências”.

**3.5 – Lei Municipal 8.924 de 13 de agosto de 2020** - Institui a Campanha Municipal “Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica”, que será realizada anualmente, visando incentivar mulheres em situação de violência doméstica e familiar a denunciarem agressões, de forma silenciosa, em farmácias ou drogarias do Município de Franca, e dá outras providências.

**3.6 – Lei 8.929 de 25 de agosto de 2020** - Modifica a Lei nº 7.571, de 17 de agosto de 2011, alteradas pela Lei nº 8.632, de 18 de dezembro de 2017, Lei nº 8.733, de 03 de setembro de 2018, e Lei 8.808, de 11 de julho de 2019, para contemplar a vedação em nomeações para cargos comissionados, no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo, dos que forem condenados com base na Lei “Carolina Dieckmann”.